



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

823
PROPOSTA n.º .../2013

Concurso Público, com publicidade internacional, para “Aquisição de Serviços de Vigilância Humana e Eletrónica para as Instalações do Município de Lisboa”

Processo n.º 34/CPI/CCM/DP/2013

Sumário: Aprovação de todas as propostas contidas no Relatório Final

Deliberação de adjudicação

Autorização da notificação da decisão de adjudicação

Submissão à Assembleia Municipal da autorização para assunção dos compromissos plurianuais

Considerando que:

1. Através da Proposta n.º 356/2013, aprovada na reunião de 8 de maio de 2013, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou:

- Contratar a aquisição de serviços de vigilância humana e eletrónica para instalações do Município de Lisboa, por um período de 36 (trinta e seis) meses, mediante um procedimento pré-contratual de concurso público com publicidade internacional, composto por 8 (oito) Lotes;
- Aprovar as peças do procedimento;
- Designar os membros do Júri do procedimento;
- Delegar competências no Júri do procedimento;
- Delegar no Senhor Presidente da CML a aprovação da minuta do contrato e a sua outorga;
- Autorizar a realização da despesa inerente ao contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

- Submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a repartição de encargos relativa à despesa;
2. A Assembleia Municipal, na sua reunião de 28 de maio do corrente ano, aprovou a repartição de encargos inerente à despesa para a aquisição dos serviços em apreço;
 3. O referido concurso público foi publicitado em 20/06/2013 no *Diário da República*, II Série, nº 117 e em 22/06/2013 no Jornal Oficial da União Europeia;
 4. A tramitação do concurso público em apreço decorreu à luz do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, tendo sido cumpridas todas as formalidades e demais disposições legais aplicáveis;
 5. Em 13/09/2013, o Júri do procedimento elaborou o Relatório Final em anexo, devidamente fundamentado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do CCP;
 6. O encargo total da despesa com a adjudicação dos serviços de vigilância humana e eletrónica em apreço, por um período de 36 (trinta e seis meses), com início previsto para o próximo dia 1 de dezembro e termo a 30 de novembro de 2016, é de 9.380.150,03€ (nove milhões, trezentos e oitenta mil, cento e cinquenta euros e três cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, no montante de 2.157.434,51€ (dois milhões, cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos), perfazendo o montante total de 11.537.584,54€ (onze milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos), o qual terá os seguintes reflexos financeiros:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

Lotes	Valor sIVA (1 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2013)	Valor do IVA do ano 2013	Valor cIVA (1 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2013)
A	14.609,37 €	3.360,16 €	17.969,52 €
B	39.124,26 €	8.998,58 €	48.122,84 €
C	41.182,84 €	9.472,03 €	50.654,90 €
D	38.196,04 €	8.783,09 €	46.981,13 €
E	39.305,80 €	9.086,33 €	48.392,14 €
F	73.648,54 €	16.939,16 €	90.587,71 €
G	8.276,16 €	1.903,52 €	10.179,68 €
H	6.016,70 €	1.383,84 €	7.400,54 €
TOTAL	260.659,72 €	59.928,74 €	320.488,46 €

Lotes	Valor sIVA (1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014)	Valor do IVA do ano 2014	Valor cIVA (1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014)
A	175.312,44 €	40.321,86 €	215.634,30 €
B	469.491,12 €	107.982,96 €	577.474,08 €
C	494.194,13 €	113.664,63 €	607.858,78 €
D	458.352,48 €	105.421,07 €	563.773,55 €
E	474.069,64 €	109.036,02 €	583.105,66 €
F	883.782,52 €	203.269,98 €	1.087.052,50 €
G	99.313,93 €	22.842,21 €	122.156,16 €
H	72.200,40 €	16.606,09 €	88.806,49 €
TOTAL	3.126.716,68 €	719.144,84 €	3.845.861,51 €

Lotes	Valor sIVA (1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015)	Valor do IVA do ano 2015	Valor cIVA (1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015)
A	175.312,44 €	40.321,86 €	215.634,30 €
B	469.491,12 €	107.982,96 €	577.474,08 €
C	494.194,13 €	113.664,63 €	607.858,78 €
D	458.352,48 €	105.421,07 €	563.773,55 €
E	474.069,64 €	109.036,02 €	583.105,66 €
F	883.782,52 €	203.269,98 €	1.087.052,50 €
G	99.313,93 €	22.842,21 €	122.156,16 €
H	72.200,40 €	16.606,09 €	88.806,49 €
TOTAL	3.126.716,68 €	719.144,84 €	3.845.861,51 €

Lotes	Valor sIVA (1 de janeiro de 2016 a 30 de novembro de 2016)	Valor do IVA do ano 2016	Valor cIVA (1 de janeiro de 2016 a 30 de novembro de 2016)
A	160.703,07 €	36.961,71 €	197.664,77 €
B	430.366,86 €	98.984,38 €	529.351,24 €
C	453.011,29 €	104.192,60 €	557.203,89 €
D	420.156,44 €	96.635,98 €	516.792,42 €
E	434.563,84 €	99.949,68 €	534.513,52 €
F	810.133,98 €	186.330,81 €	996.464,79 €
G	91.037,79 €	20.938,69 €	111.976,48 €
H	66.183,70 €	15.222,25 €	81.405,95 €
TOTAL	2.866.156,95 €	659.116,10 €	3.525.373,05 €



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

7. A despesa em causa se enquadra na classificação orçamental 02.02.18 do Orçamento em vigor e tem o cabimento n.º 5313004427 para os Lotes A, B, C, D, E, F, G e H, com a estimativa de execução financeira nos anos económicos de 2013, 2014, 2015 e 2016, nos termos do considerando anterior.
8. A competência para deliberar em matéria de contratação de aquisição de serviços é da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º e no artigo 38.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º, todos do CCP, e da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento do Orçamento da CML em vigor, atentas as disposições conjugadas das alíneas f) e dd) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º e artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicáveis por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como do n.º 4 do artigo 148.º do CCP;
9. A adjudicação dos serviços em causa implica a assunção de compromissos plurianuais, o que, em cumprimento do disposto na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e como tal carece de autorização prévia por parte da Assembleia Municipal.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- a) **Aprovar todas as propostas contidas no Relatório Final**, elaborado pelo Júri do Procedimento, nos termos do n.º 4 do artigo 148.º do CCP;
- b) **Adjudicar**, sob condição de autorização pela Assembleia Municipal da assunção dos respetivos compromissos plurianuais, **os serviços de vigilância humana e eletrónica para as instalações do Município de Lisboa – Lotes A, B, C, D, E, F, G e H**, nos seguintes termos:
 - b.1 - o **Lote A** à proposta do **concorrente n.º 2 – “Strong – Segurança S.A.”**, pelo preço contratual de **525.937,31€** (quinhentos e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e sete euros e trinta e um cêntimos), acrescido do valor



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 120.965,58€ (cento e vinte mil, novecentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos), perfazendo o montante total de 646.902,89€ (seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e dois euros e oitenta e nove cêntimos);

b.2 - O **Lote B** à proposta do **concorrente n.º 5 – “Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.”**, pelo preço contratual de **1.408.473,36€** (um milhão, quatrocentos e oito mil, quatrocentos e setenta e três euros e trinta e seis cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 323.948,87€ (trezentos e vinte e três mil, novecentos e quarenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos), perfazendo o montante total de 1.732.422,23€ (um milhão, setecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e dois euros e vinte e três cêntimos);

b.3 - O **Lote C** à proposta do **concorrente n.º 1 – “Prestibel – Empresa de Segurança, S.A.”**, pelo preço contratual de **1.482.582,39€** (um milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois euros e trinta e nove cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 340.993,95€ (trezentos e quarenta mil, novecentos e noventa e três euros e noventa e cinco cêntimos), perfazendo o montante total de 1.823.576,34€ (um milhão, oitocentos e vinte e três mil, quinhentos e setenta e seis euros e trinta e quatro cêntimos);

b.4 - O **Lote D** à proposta do **concorrente n.º 5 – “Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.”**, pelo preço contratual de **1.375.057,44€** (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil, cinquenta e sete euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 316.263,21€ (trezentos e dezasseis mil, duzentos e sessenta e três euros e vinte e um cêntimos), perfazendo o montante total de 1.691.320,65€ (um milhão, seiscentos e noventa e um mil, trezentos e vinte euros e sessenta e cinco cêntimos);



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

- b.5 - O **Lote E** à proposta do **concorrente n.º 5 – “Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.”**, pelo preço contratual de **1.422.208,92€** (um milhão, quatrocentos e vinte e dois mil, duzentos e oito euros e noventa e dois cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 327.108,05€ (trezentos e vinte e sete mil, cento e oito euros e cinco cêntimos), perfazendo o montante total de 1.749.316,97€ (um milhão, setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e dezesseis euros e noventa e sete cêntimos);
- b.6 - O **Lote F** à proposta do **concorrente n.º 5 – “Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.”**, pelo preço contratual de **2.651.347,56€** (dois milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, trezentos e quarenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 609.809,94€ (seiscentos e nove mil, oitocentos e nove euros e noventa e quatro cêntimos), perfazendo o montante total de 3.261.157,50€ (três milhões, duzentos e sessenta e um mil, cento e cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos);
- b.7 - O **Lote G** à proposta do **concorrente n.º 1 – “Prestibel - Empresa de Segurança, S.A.”**, pelo preço contratual de **297.941,85€** (duzentos e noventa e sete mil, novecentos e quarenta e um euros e oitenta e cinco cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 68.526,63€ (sessenta e oito mil, quinhentos e vinte e seis euros e sessenta e três cêntimos), perfazendo o montante total de 366.468,48€ (trezentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos);
- b.8 - O **Lote H** à proposta do **concorrente n.º 5 – “Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.”**, pelo preço contratual de **216.601,20€** (duzentos e dezasseis mil, seiscentos e um euros e vinte cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 49.818,28€ (quarenta e nove mil, oitocentos e dezoito euros e vinte e oito cêntimos),



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador Fernando Medina

perfazendo o montante total de 266.419,48€ (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e dezenove euros e quarenta e oito cêntimos);

- c) **Autorizar a realização das notificações da decisão de adjudicação**, nos termos e para os efeitos consagrados no artigo 77.º do CCP.
- d) **Submeter à Assembleia Municipal** a autorização da assunção dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2013, 2014, 2015 e 2016, nos termos melhor explanados no considerando n.º 6 e na alínea b) supra, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Paços do Concelho de Lisboa, em 7. de Nov. de 2013.

O Vereador,

(Fernando Medina)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

1
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

RELATÓRIO FINAL

Concurso público com publicidade internacional para a aquisição de serviços de vigilância humana e eletrónica para instalações do Município de Lisboa - Processo n.º 34/CPI/CCM/DP/2013. -----

Aos treze dias do mês de setembro do ano de 2013, pelas dez horas, reuniu na Direção Municipal de Finanças, Central de Compras Municipal, Divisão de Procedimentos, o Júri do procedimento designado por Deliberação da Câmara Municipal de 08 de maio de 2013, que recaiu sob a Proposta n.º 356/2013, para conduzir o concurso público melhor identificado em epígrafe e constituído pela Dra. Paula Leitao, na qualidade de Presidente, em substituição, por Dina Maria da Silva Fonseca e Dra. Cristina Maria de Campos Miguel, na qualidade de vogais em substituição. -----

A reunião do Júri teve como objetivo a elaboração do Relatório Final do procedimento supra referenciado, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07. -----

Importa descrever os factos relevantes da tramitação do procedimento. -----

I.

TRAMITAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Os factos relevantes da tramitação do procedimento constam do relatório preliminar do Júri, datado de 02 de setembro de 2013, inserido no mesmo dia na plataforma eletrónica «Saphetygov», para o qual se remete e que aqui se dá por integralmente reproduzido.---



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

CS

II.**AUDIÊNCIA PRÉVIA**

1. O Júri procedeu à **audiência prévia** dos concorrentes nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP e artigo 18.º Programa de Procedimento, notificando-os do relatório preliminar, para se pronunciarem por escrito, num prazo de cinco dias úteis, sobre o teor do mesmo, através da plataforma eletrónica "Saphetygov". -----

2. O Júri verificou que no decurso do prazo de audiência prévia, com início em 03 de setembro de 2013 e termo no dia 09 de setembro de 2013, foram apresentadas pronúncias pelos seguintes concorrentes: -----

CONCORRENTES	DATA NA PLATAFORMA
N.º 7 - Charon, Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância S.A.	09/09/2013 16:56
N.º 2 - Strong - Segurança S.A.	09/09/2013 18:01

III.**ALEGAÇÕES E DECISÃO**

A) Alegações do concorrente N.º 7 - Charon, Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância S.A. -----

O concorrente n.º 7 Charon, Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância S.A. vem apresentar, em sede de audiência prévia, as alegações, que abaixo se transcrevem: -----

1. Esta concorrente não se conforma com a exclusão da sua proposta quanto aos Lotes A, B, C, D, E, F e G por não se verificarem quaisquer dos motivos de exclusão enunciados no Relatório Preliminar, conforme de seguida se demonstra.

I. Considerações Gerais

2. Para preenchimento das notas justificativas constantes do Anexo II, que discriminavam o primeiro período de contrato, esta concorrente considerou um calendário médio com os seguintes termos: 365 dias, dos quais 10 feriados e os restantes 355 dias divididos equitativamente pelos sete dias semana.



FOLHA 492
2-0410P1/0001211

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

cu
J
CS

II. Lote A – Edifício A.28

3. Para este edifício prevê-se a execução de um serviço de vigilância:
 - a. Das 09H00 às 18H00 em todos os dias, durante 6 meses do ano;
 - b. Das 09H00 às 20H00 em todos os dias, durante 6 meses do ano;
4. Para cálculo do correspondente número total de horas de serviço foi utilizada a seguinte fórmula, com base no calendário médio supra enunciado:
 - a. $365 \text{ dias} : 2 \times 9 \text{ horas dia} = 1.642,50 \text{ horas};$
+
 - b. $365 \text{ dias} : 2 \times 11 \text{ horas dia} = 2.007,50 \text{ horas}$
 - c. O que fez um total de 3.650,00 de serviço anuais
5. Para cálculo do número de horas de serviço em dia feriado foi utilizada a seguinte fórmula, com base no calendário médio supra enunciado:
 - a. $10 \text{ feriados} : 2 \times 9 \text{ horas dia} = 45 \text{ horas};$
+
 - b. $10 \text{ feriados} : 2 \times 11 \text{ horas dia} = 55 \text{ horas}$
 - c. O que fez um total de 100 horas de serviço anual em dia feriado,
6. Para cálculo do **custo mensal de trabalho em feriado** (rubrica f. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:
 - a. Remuneração de € 641,93, conforme Nível XVI da alínea A) da Tabela Salarial do CCT;
 - b. Que corresponde, nos termos legais, a uma remuneração horária de € 3,70 $[(641,93 \times 12) : (52 \times 40)]$;
 - c. Sendo o acréscimo de remuneração de trabalho em dia feriado de 50% dessa remuneração horária (€ 1,85);



89.92492 -
2-541091/00010211

4

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Handwritten signature and initials.

- d. Pelo que, no caso concreto, teremos:
- i. $100 \text{ horas de feriado} \times € 1,85 : 12 \text{ meses} = € 15,42 \text{ de custo mensal de trabalho em feriado.}$
7. Na rubrica f. da Nota Justificativa para o Edifício A.28 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de **€ 15,42**, donde se conclui que não violou o Nível XVI da alínea A) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu a remuneração de trabalho em feriado correspondente à remuneração da categoria em causa e respeitou os limites legais estabelecidos para esse tipo de trabalho;
8. Por seu lado, para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:
- a. Subsídio de alimentação de € 5.69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
- i. $€ 5,69 \times 3.650,00 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 216,34 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$
9. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício A.28 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de **€ 216,34**, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;
10. Pelo exposto, fica comprovado que esta concorrente não violou:
- a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes à remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.
- b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes.
11. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote A deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

5

Handwritten signature and initials.

12. Refira-se, a final, que a utilização de um calendário médio para cálculo dos custos da prestação de serviço em nada prejudica as conclusões atrás enunciadas, desde logo atendendo ao facto de a total duração da mesma (36 meses) assim o aconselhar.

13. Ademais, para além da margem incluída na rubrica I. dessa específica nota justificativa do Anexo II, e conforme se pode comprovar por nota justificativa de preço global para Lote A que a Charon também apresentou juntamente com a sua proposta, esta concorrente previu uma margem de atividade mensal de € 342,46 (anual de € 4.109,52) valor mais que suficiente para prever qualquer margem de erro ou fatores de correção resultantes da aplicação de tal calendário.

14. Pelo que a proposta para o Lote A, também considerada no seu global, respeita na íntegra quer o ordenamento jurídico aplicável à atividade objeto do contrato a celebrar quer os termos e condições desse mesmo contrato previstos no caderno de encargos, donde o contrato a executar nos termos da proposta da Charon assegura plenamente a viabilidade da prestação de serviços, quer legal quer contratualmente

III. Lote B - Edifício B.02

15. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 17:30H às 09:00H TDU;
- b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

16. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 15,5 \text{ horas dia} = 3.930,36 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de **6.604,65 horas**

17. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:



FOLHA 499 -
3-22/CP/1/CCN/07/13

6

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

6
B
CS

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
- i. $€ 5,69 \times 6.604,65 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 391,46$ de custo mensal com subsídio de alimentação
18. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício B.02 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 391,73, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;
19. Pelo exposto quanto a todo o Lote B, fica comprovado que esta concorrente não violou:
- a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes à remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.
- b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes.
20. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote B deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.

IV. Lote C

a) Edifício C.03

21. Para este edifício prevê-se três postos de vigilância:
- a. das 20:00H às 08:00H TDU;
- b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados
22. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:
- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 12 \text{ horas dia} \times 3 \text{ postos} = 9.126,57 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} \times 3 \text{ postos} = 8.022,86 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$



FC17A495
2-5610P11000100115

7

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Handwritten signature and initials.

c. O que perfaz o número total de 17.151,43 horas

23. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 17.151,43 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 1.016,58$ de custo mensal com subsídio de alimentação

24. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício C.03 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 1.017,27, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

b) Edifício C.04

25. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

a. das 20:00H às 08:00H TDU;

b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

26. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 12 \text{ horas dia} = 3.042,86$ horas em dias úteis;

b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29$ horas em sábados, domingos e feriados;

c. O que perfaz o número total de 5.717,15 horas

27. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

6
F
CS

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 5.717,15 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 338,86$ de custo mensal com subsídio de alimentação

28. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício C.04 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 339,09, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

c) Edifício C.05

29. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

a. das 20:00H às 08:00H TDU;

b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

30. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 12 \text{ horas dia} = 3.042,86 \text{ horas em dias úteis};$

b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$

c. O que perfaz o número total de 5.717,15 horas

31. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

R
f
29

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 5.717,15 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 338,86$ de custo mensal com subsídio de alimentação

32. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício C.05 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 339,09, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

33. Pelo exposto quanto a todo o Lote C, fica comprovado que esta concorrente não violou:

- a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes à remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.
- b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes.

34. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote C deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.

V. Lote D

a) Edifício D.02

35. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 17:00H às 09:00H TDU;
- b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

36. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 16 \text{ horas dia} = 4.057,14 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de 6.731,43 horas



FOLHA 158 -
1-511241158/11

10

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Handwritten initials and signature.

37. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 6.731,43 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 398,98$ de custo mensal com subsídio de alimentação

38. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício D.02 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de **€ 399,25**, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

b) Edifício D.03

39. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

a. das 17:00H às 09:00H TDU;

b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

40. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 16 \text{ horas dia} = 4.057,14 \text{ horas em dias úteis};$

b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$

c. O que perfaz o número total de **6.731,43 horas**

41. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

12
CS

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 6.731,43 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 398,98$ de custo mensal com subsídio de alimentação

42. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício D.03 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 399,25, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

c) Edifício D.04

43. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

a. das 17:00H às 09:00H TDU;

b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

44. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 16 \text{ horas dia} = 4.057,14 \text{ horas em dias úteis};$

b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$

c. O que perfaz o número total de 6.731,43 horas

45. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;

b. Pelo que, no caso concreto, teremos:

i. $€ 5,69 \times 6.731,43 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 398,98$ de custo mensal com subsídio de alimentação

46. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício D.04 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 399,25, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

37
J
C

d) Edifício D.05

47. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 17:00H às 09:00H TDU;
- b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

48. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 16 \text{ horas dia} = 4.057,14 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de **6.731,43 horas**

49. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 6.731,43 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 398,98 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$

50. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício D.05 constante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de **€ 399,25**, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

e) Edifício D.07

51. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 17:00H às 09:00H TDU;
- b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

12
f
CS

52. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:
- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 16 \text{ horas dia} = 4.057,14 \text{ horas em dias úteis};$
 - b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
 - c. O que perfaz o número total de 6.731,43 horas
53. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:
- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
 - b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 6.731,43 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 398,98 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$
54. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício D.07 constante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 399,25, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;
55. Pelo exposto quanto a todo o Lote D, fica comprovado que esta concorrente não violou:
- a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes à remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.
 - b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes.
56. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote D deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

12
[Handwritten signature]

VI. Lote E - Edifício E.02

57. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:
- a. das 20:00H às 08:00H TDU;
 - b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados
58. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:
- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 12 \text{ horas dia} = 3.042,86 \text{ horas em dias úteis};$
 - b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
 - c. O que perfaz o número total de **5.717,15 horas**
59. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:
- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
 - b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 5.717,15 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 338,86 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$
60. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício E.02 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de **€ 339,09**, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;
61. Pelo exposto quanto a todo o Lote E, fica comprovado que esta concorrente não violou:
- a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes à remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

FR
CS

- b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes.

62. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote E deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.

VII. Lote F

- a) Edifício F.01

63. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 19:00H às 07:00H TDU;
b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

64. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 12 \text{ horas dia} = 3.042,86 \text{ horas em dias úteis};$
b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
c. O que perfaz o número total de **5.717,15 horas**

65. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
i. $€ 5,69 \times 5.717,15 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 338,86 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Handwritten initials and marks, including a large '3' and a signature.

66. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício F.01 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 339,09, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

b) Edifício F.13

67. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 20:00H às 08:00H TDU;
- b. das 00:00H às 24:00H aos sábados, domingos e feriados

68. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 12 \text{ horas dia} = 3.042,86 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 24 \text{ horas dia} = 2.674,29 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de 5.717,15 horas

69. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 5.717,15 \text{ horas} : 12 \text{ meses} \times 8 \text{ horas} = € 338,86 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$

70. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício F.13 contante do Anexo II, esta concorrente previu o valor de € 339,09, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

c) Edifício F.35



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

fl
S
9

71. Para este edifício prevê-se:
- um posto de vigilância das 00:00H às 24:00H TDA;
 - dois postos de vigilância das 09:30H às 19:30H de terça a domingo
72. Para cálculo do número total de horas em dia feriado, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:
- $10 \text{ feriados} \times 24 \text{ horas dia} = 240 \text{ horas};$
 - $(10 \text{ feriados} : 7 \text{ dias da semana} \times 6 \text{ dias}) \times 10 \text{ horas dia} \times 2 \text{ postos} = 171,40 \text{ horas};$
 - O que perfaz o número total de **411,40 horas**
73. Para cálculo do **custo mensal de trabalho em feriado** (rubrica f. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:
- Remuneração de € 641,93, conforme Nível XVI da alínea A) da Tabela Salarial do CCT;
 - Que corresponde, nos termos legais, a uma remuneração horária de € 3,70 $[(641,93 \times 12) : (52 \times 40)]$;
 - Sendo o acréscimo de remuneração de trabalho em dia feriado de 50% dessa remuneração horária (€ 1,85);
 - Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - $411,40 \text{ horas de feriado} \times € 1,85 : 12 \text{ meses} = € 63,42 \text{ de custo mensal de trabalho em feriado.}$
74. Na rubrica f. da Nota Justificativa para o Edifício F.35 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de **€ 63,42**, donde se conclui que não violou o Nível XVI da alínea A) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu a remuneração de trabalho em feriado correspondente à remuneração da categoria em causa e respeitou os limites legais estabelecidos para esse tipo de trabalho;
75. Pelo exposto quanto a todo o Lote F, fica comprovado que esta concorrente não violou:
- Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes a remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

B
D
CS

- b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes.

76. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote F deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.

VIII. Lote G

a) Edifício G.02

77. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 19:00H às 23:00H TDU;
- b. das 09:00H às 20:00H aos sábados, domingos e feriados

78. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 4 \text{ horas dia} = 1.014,29 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 11 \text{ horas dia} = 1.225,71 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de **2.240,00 horas**

79. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
- i. $€ 5,69 \times 2.240,00 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 132,77 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$



FOLHA 307 -
2-5-1/CP/1/CCM/02/13

19

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

82
JF
CS

80. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício G.02 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de € 132,77, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

b) Edifício G.03

81. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:

- a. das 19:00H às 23:00H TDU;
- b. das 08:00H às 22:00H aos sábados, domingos e feriados

82. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 4 \text{ horas dia} = 1.014,29 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 2 \text{ dias} + 10] \times 14 \text{ horas dia} = 1.560,00 \text{ horas em sábados, domingos e feriados};$
- c. O que perfaz o número total de **2.574,29 horas**

83. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 2.574,29 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 152,58 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$

84. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício G.03 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de € 152,58, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

c) Edifício G.04



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

R1
S
CS

85. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:
- a. das 19:00H às 23:00H TDU;
 - b. das 14:00H às 21:00H aos sábados;
 - c. das 14:00H às 21:00H aos domingos;
86. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:
- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 4 \text{ horas dia} = 1.014,29 \text{ horas em dias úteis};$
 - b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 1 \text{ dia}] \times 7 \text{ horas dia} = 355,00 \text{ horas em sábados};$
 - c. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 1 \text{ dia}] \times 5 \text{ horas dia} = 253,57 \text{ horas em domingos};$
 - d. O que perfaz o número total de **1.622,86 horas**
87. Para cálculo do **custo mensal com subsídio de alimentação** (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:
- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
 - b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 1.622,86 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 96,19 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$
88. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício G.04 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de **€ 96,19**, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;
- d) Edifício G.05
89. Para este edifício prevê-se um posto de vigilância:
- a. das 19:00H às 23:00H TDU;
 - b. das 09:00H às 24:00H aos sábados;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

fr
J
CS

90. Para cálculo do número total de horas de serviço, e seguindo o calendário supra enunciado, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

- a. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 5 \text{ dias}] \times 4 \text{ horas dia} = 1.014,29 \text{ horas em dias úteis};$
- b. $[(365 - 10) : 7 \text{ dias} \times 1 \text{ dia}] \times 15 \text{ horas dia} = 760,71 \text{ horas em sábados};$
- c. O que perfaz o número total de 1.775,00 horas

91. Para cálculo do custo mensal com subsídio de alimentação (rubrica i. da nota justificativa do Anexo II) foram considerados os seguintes parâmetros e fórmulas:

- a. Subsídio de alimentação de € 5,69 por cada turno de 8 horas, conforme alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT;
- b. Pelo que, no caso concreto, teremos:
 - i. $€ 5,69 \times 1.775,00 \text{ horas} : 12 \text{ meses} : 8 \text{ horas} = € 105,21 \text{ de custo mensal com subsídio de alimentação}$

92. Na rubrica i. da Nota Justificativa para o Edifício G.05 contante do Anexo II, esta concorrente previu precisamente o valor de € 105,21, donde se conclui que não violou a alínea b) de B) da Tabela Salarial do CCT, porquanto previu o subsídio de alimentação correspondente à categoria em causa;

93. Pelo exposto quanto a todo o Lote G, fica comprovado que esta concorrente não violou:

- a. Qualquer disposição legal e regulamentar aplicável, nomeadamente aquelas constantes do CCT referentes à remuneração mensal ou ao subsídio de alimentação.
- b. Qualquer termo ou condição do caderno de encargos, nomeadamente as disposições referentes a organização e tempo de trabalho dos vigilantes.

94. Não se verificam, por isso, os motivos de exclusão alegados no Relatório Preliminar – artigo 70º, n.º 2 alínea b) e f) do CCP – pelo que a proposta da Charon para o Lote G deve ser admitida e classificada, com as devidas e legais consequências.

95. Refira-se, também quanto a este Lote, que a utilização de um calendário médio para cálculo dos custos da prestação de serviço em nada prejudica as conclusões atrás enunciadas, desde logo atendendo ao facto de a total duração da mesma (36 meses) assim o aconselhar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL

Divisão de Procedimentos

32
J
C 3

96. Ademais, para além da margem incluída na rubrica I. dessa específica nota justificativa do Anexo II. e conforme se pode comprovar por nota justificativa de preço global para Lote A que a Charon também apresentou juntamente com a sua proposta, esta concorrente previu uma margem de atividade mensal de € 236,10 (anual de € 2.833,20) valor mais que suficiente para prever qualquer margem de erro ou fatores de correção resultantes da aplicação de tal calendário.

97. Pelo que a proposta para o Lote G, também considerada no seu global, respeita na íntegra quer o ordenamento jurídico aplicável à atividade objeto do contrato a celebrar quer os termos e condições desse mesmo contrato previstos no caderno de encargos, donde o contrato a executar nos termos da proposta da Charon assegura plenamente a viabilidade da prestação de serviços, quer legal quer contratualmente

Em conclusão,

A proposta da Charon respeita quer as disposições legais e regulamentares aplicáveis quer os parâmetros, termos e condições do caderno de encargos, em cada um dos postos de vigilância que integram os Lotes e globalmente em cada um dos Lotes que a compõem.

Não existem, por esse motivo, quaisquer fundamentos legais para a sua exclusão quanto aos Lotes A, B, C, D, E, F e G.

Termos em que se requer a admissão e classificação da proposta da Charon aos Lotes A, B, C, D, E, F e G, tal como ao Lote H, com as devidas e legais consequências.

A1) Decisão do Júri sobre a pretensão do concorrente N.º 7 - Charon, Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância S.A. -----

1. Nas Notas Justificativas do preço (linha u. dos Anexos II ao Programa de Procedimento) é pedido o "Preço total do primeiro período do serviço de Vigilância". Esse valor deverá ser multiplicado por 3 (três) aquando do preenchimento da última linha da Nota Justificativa do Preço ("Preço total dos três períodos do Serviço de Vigilância") de modo a obter-se o valor total para os 36 meses. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

KL
S
CS

2. O primeiro período do serviço de vigilância corresponde ao período de 1 de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2014 (v. cláusula 3ª do Caderno de Encargos), o qual tem 365 dias assim repartidos: 252 dias úteis, 52 sábados, 51 domingos e 10 feriados. -----

3. Desta forma, os custos têm por base de cálculo o calendário civil e não um *calendário médio*, uma vez que a média desvirtua os valores pretendidos. -----

4. No caso do preenchimento das Notas Justificativas do Preço ter suscitado dúvidas, o concorrente poderia ter pedido esclarecimentos em devido tempo antes de submeter a sua proposta. -----

5. Procede-se, assim, à explicação do cálculo dos valores em causa: -----

5.1 Lote A -----

Edifício A.28 -----

Ponto 4.c da pronúncia -----

O total de horas é de 3651 ($9h * 182 \text{ dias} = 1638$ de 1 Outubro a 31 Março + $11h * 183 \text{ dias} = 2013$ de 1 de Abril a 30 de Setembro) e não de 3650. -----

Assim, para o período em causa, o custo mensal do trabalho em feriado é de $104h * 1,85:12 = 16,03€$ e não $15,42€$ (valor da proposta). -----

As 104h são calculadas da seguinte forma: $((9h * 3 \text{ feriados}) + (11h * 7 \text{ feriados})) = 104 \text{ horas}$ para os dias feriado. -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ * 3651h : 12 : 8 = 216,39€$ e não $216,33€$ (valor da proposta). -----

5.2 Lote B -----

Edifício B.02 -----

Ponto 16.c da pronúncia -----

Total de horas = $((15,5h * 252) + (24h * 113)) = 6618h$. -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ * 6618h : 12 : 8 = 392,25€$ e não $391,73€$ (valor da proposta). -----

5.3 Lote C -----

Edifício C.03 -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Handwritten initials and signature.

Ponto 22.c da pronúncia -----

Total de horas= $(3 \times (12 \times 252) + 3 \times (24 \times 113)) = 17208h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 17208h : 12 : 8 = 1.019,93€$ e não 1.017,27€ (valor da proposta).-----

Edifício C.04 -----

Ponto 26.c da pronúncia -----

Total de horas= $((12 \times 252) + (24 \times 113)) = 5736h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 5736h : 12 : 8 = 339,97€$ e não 339,09€ (valor da proposta).-----

Edifício C.5-----

Ponto 30.c da pronúncia -----

Total de horas= $((12 \times 252) + (24 \times 113)) = 5736h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 5736h : 12 : 8 = 339,97€$ e não 339,09€ (valor da proposta).-----

5.4 Lote D-----

Edifício D.02 -----

Ponto 36.c da pronúncia -----

Total de horas= $((16 \times 252) + (24 \times 113)) = 6744h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 6744h : 12 : 8 = 399,72€$ e não 399,25€ (valor da proposta).-----

Edifício D.03 -----

Ponto 40.c da pronúncia -----

Total de horas= $((16 \times 252) + (24 \times 113)) = 6744h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 6744h : 12 : 8 = 399,72€$ e não 399,25€ (valor da proposta).-----

Edifício D.04 -----

Ponto 44.c da pronúncia -----

Total de horas= $((16 \times 252) + (24 \times 113)) = 6744h$ -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 6744h : 12 : 8 = 399,72€$ e não 399,25€ (valor da proposta).-----

Edifício D.05 -----

Ponto 48.c da pronúncia reclamação -----

Total de horas= $((16 \times 252) + (24 \times 113)) = 6744h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 6744h : 12 : 8 = 399,72€$ e não 399,25€ (valor da proposta).-----

Edifício D.07 -----

Ponto 52.c da pronúncia -----

Total de horas= $((16 \times 252) + (24 \times 113)) = 6744h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 6744h : 12 : 8 = 399,72€$ e não 399,25€ (valor da proposta).-----

5.5 Lote E -----

Edifício E.02 -----

Ponto 58.c da pronúncia -----

Total de horas= $((12 \times 252) + (24 \times 113)) = 5736h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 5736h : 12 : 8 = 339,97€$ e não 339,09€ (valor da proposta).-----

5.6 Lote F -----

Edifício F.01 -----

Ponto 64.c da pronúncia -----

Total de horas= $((12 \times 252) + (24 \times 113)) = 5736h$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69€ \times 5736h : 12 : 8 = 339,97€$ e não 339,09€ (valor da proposta).-----

Edifício F.13 -----

Ponto 68.c da pronúncia -----

Total de horas= $((12 \times 252) + (24 \times 113)) = 5736h$ -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Handwritten initials and signature

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69\text{€} * 5736\text{h} : 12 : 8 = 339,97\text{€}$ e não 339,09€ (valor da proposta).-----

Edifício F.35-----

Ponto 72.c da pronúncia -----

Total de horas= $((24*10)+2*(10*10))=440\text{horas}$ em feriado-----

O custo mensal do trabalho em feriado é de $440\text{h} * 1,85 : 12 = 67,83\text{€}$ e não 63,42€ (valor da proposta).-----

5.7 Lote G-----

Edifício G.02 -----

Ponto 78.c da pronúncia -----

Total de horas= $((4*252)+(11*113))=2251\text{h}$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69\text{€} * 2251\text{h} : 12 : 8 = 133,42\text{€}$ e não 132,77€ (valor da proposta).-----

Edifício G.03 -----

Ponto 82.c da pronúncia -----

Total de horas= $((4*252)+(14*113))=2590\text{h}$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69\text{€} * 2590\text{h} : 12 : 8 = 153,51\text{€}$ e não 152,58€ (valor da proposta).-----

Edifício G.04 -----

Ponto 86.da pronúncia -----

Total de horas= $((4*252)+(7*52)+(5*51))=1627\text{h}$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69\text{€} * 1627\text{h} : 12 : 8 = 96,43\text{€}$ e não 96,19€ (valor da proposta).-----

Edifício G.05 -----

Ponto 90.c da pronúncia -----

Total de horas= $((4*252)+(15*52))=1788\text{h}$ -----

O custo mensal com o subsídio de alimentação é de $5,69\text{€} * 1788\text{h} : 12 : 8 = 105,97\text{€}$ e não 105,21€ (valor da proposta).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

2
J
CS

6. Pelo supra exposto, o Júri deliberou, por unanimidade, não acolher as razões alegadas pelo concorrente, e consequentemente, manter a proposta de decisão constante do Relatório Preliminar datado de 02 de setembro de 2013, de excluir a proposta do concorrente N.º 7 - Charon, Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância S.A. aos lotes A, B, C,D, E, F, e G, nos termos das disposições conjugadas da alínea o) do n.º 2 do artigo 146.º, das alíneas b) e f) do n.º 2 do artigo 70.º, todos do CCP, e da alínea k) do n.º 2 do artigo 17.º do Programa de Procedimento.-----

B) Alegações do concorrente N.º 2 - Strong - Segurança S.A. -----

O concorrente N.º 2 - Strong - Segurança S.A. vem apresentar, em sede de audiência prévia, as alegações, que abaixo se transcrevem: -----

A - Escalonamento das Propostas

A requerente foi notificada do Relatório Preliminar relativas ao Procedimento identificado em epígrafe, nomeadamente no que se refere ao Lote E do referido procedimento.

O Júri, tendo em conta o relatório aludido, escalonou os concorrentes, em relação ao Lote E, da seguinte forma:

1. SECURITAS - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.;
2. STRONG Segurança S.A.

B - Princípio da Legalidade

Nos termos do art.º 266 da C.R.P., "a Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, e os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à lei e devem actuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade"



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

P-DV/CP/CCM/02/12

87
D
C9

O princípio da legalidade concretiza-se em duas vertentes: a do princípio da prevalência que implica que os actos da Administração devem conformar-se com as leis, sob pena de ilegalidade e a do princípio da precedência da Lei que subsume a actuação da Administração com base ou mediante autorização da lei.

C -Princípio da Igualdade

O princípio da Igualdade, constitucionalmente consagrado e desenvolvido no art.º 5º, nº 1 do CPA, vincula a Administração a adoptar igual tratamento em relação às pessoas em geral, proíbe tratamento preferencial e tratar identicamente situações não iguais.

Corolário deste princípio é o da auto vinculação da administração. Por seu turno associado ao princípio da imparcialidade, que implica que os seus poderes discricionários devam ser concretizados segundo os mesmos critérios, medidas e condições relativamente a todos os particulares em idêntica situação.

O princípio da igualdade, de que é corolário o princípio da livre e são concorrência, assume particular relevância na formação dos contratos administrativos no quadro do tratamento relativo aos concorrentes, em que o procedimento, sobretudo o do concurso, visa não só a publicidade e a transparência, como também a não discriminação.

D – Princípio da Imparcialidade

"O dever de imparcialidade significa para a Administração – parte interessada nos resultados da aplicação da norma – que ela:

- a) deve ponderar, nas suas opções, todos os interesses juridicamente protegidos envolvidos no caso concreto, mantendo-se equidistante em relação aos interesses particulares;***



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Handwritten signatures and initials:
R
S
CS

b) e deve abster-se de os considerar em função de valores estranhos à sua função...” Mário Esteves de Oliveira, Pedro Costa Gonçalves, J. Pacheco de Amorim, ob. Cit. P.107 e ss..

E – A Comissão do Procedimento não apreciou as propostas dos diversos concorrentes em obediência aos princípios que lhe são legalmente impostos, Vejamos porquê.

O critério de adjudicação deve ser interpretado no sentido de que a proposta ganhadora deverá reflectir os meios necessários e suficientes à realização da prestação de serviços objecto do concurso.

Partindo deste requisito essencial, a proposta de preço mais baixo deve contemplar o cumprimento de todas as obrigações constante da legislação e regulamentação aplicável à actividade objecto da contratação.

Ora vejamos,

O Caderno de Encargos define como requisitos obrigatórios de funcionamento, para o **Edifício nº. E.07**:

- Um posto de vigilância das 20:00 às 08:00 TDU. No mês de Agosto um posto de vigilância 24 horas TDA.
- Um posto de vigilância 24 horas aos sábados, domingos e feriados.
- Ligação do Sistema de Detecção de Intrusão à central receptora de alarmes e respectiva monitorização.

Para a prestação dos serviços de vigilância solicitados no Caderno de Encargos, **são necessários, no mínimo, 3,40 vigilantes.**

Com efeito, **o período normal de trabalho diário é de 8 horas** (Cláusula 16ª n.º2 do CCT entre a AES e a STAD, aplicável aos serviços de portaria,



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

R
S
CS

vigilância, limpeza, domésticas, actividades diversas e outros, publicado no BTE n.º 17 de 08/05/2011).

O **período normal de trabalho semanal é de 40 horas** (Cláusula 16ª n.º1 do CCT).

Os trabalhadores têm direito a um **período de férias de 22 dias úteis** (Cláusula 20ª do CCT).

A **carga horária mensal de um vigilante é de 173,33 horas:**
 $(40 \text{ horas} \times 52 \text{ semanas}) / 12 \text{ meses} = 173,33$

O **número de meses de trabalho por ano**, considerando um período semanal normal de trabalho de 5 dias e os 22 dias de férias, ascende a **10,98:**

$((52 \text{ semanas} \times 5 \text{ dias}) - 22 \text{ dias}) / (52 \text{ semanas} \times 5 \text{ dias}) \times 12 \text{ meses} = 10,98 \text{ meses}$

Assim, a **carga horária anual** (máxima) de um vigilante é de **1.903,96 horas:**

$173,33 \text{ (carga mensal)} \times 10,98 \text{ meses} = 1.903,96$

Ora, para o período em causa (um ano), a quantidade de horas a realizar para as operativas solicitadas no Caderno de Encargos para o edifício nº E.07 será de 6.480 horas. Se um trabalhador pode prestar serviço num máximo de 1.903,96 horas, **o número de trabalhadores necessários para executar os serviços objecto do presente procedimento é de 3,40** $(6.480 \text{ horas} / 1.903,96 \text{ horas})$.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Fr
J
CS

Postos de Vigilância	Horas Diurnas em Dias Não Feriados	Horas Nocturnas em Dias Não Feriados	Horas Diurnas em Dias Feriados	Horas Nocturnas em Dias Feriados	Total
1 vigilante 20H-08H TDU	756	2.268			3.024
1 vigilante 00H-24H TDA em Agosto	450	270	15	9	744
1 vigilante 00H-24H Sábados, Domingos e Feriados	1.545	927	150	90	2.712
Total de Horas / Ano					6.480
N.º de Horas/Ano por Vigilante					1.903,96
N.º de Vigilantes Necessários					3,40

Posto isto

Os encargos com o pessoal, incluem, pelo menos, as seguintes prestações:

- remunerações pecuniárias mínimas (Cláusula 22ª do CCT),
- subsídio de férias (Cláusula 31ª do CCT),
- subsídio de Natal (Cláusula 32ª do CCT),
- complemento de trabalho nocturno (Cláusula 24ª do CCT)
- complemento de trabalho em dia feriado (Cláusula 25ª do CCT)
- subsídio de alimentação (Cláusula 28ª do CCT)
- contribuições para a Segurança Social (artigos 46.º e 53.º do Código dos Regimes -- Contributivos do Sistema Previdencial da segurança Social),

A retribuição mínima mensal de um vigilante ascende a 641,93€ (cfr. Cláusulas 2ª n.º2 al. b), 22.ª e Tabela A do Anexo III do CCT).

Pelo que, considerando os 3,40 funcionários necessários, **o total das retribuições mínimas mensais ascende a 2.182,56€ (641,93€ x 3,40).**

O subsídio de férias compreende a retribuição base e demais prestações retributivas que sejam contrapartida do modo específico da execução do trabalho (cfr. Cláusula 31ª do CCT).



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

R
J
C

Pelo que a provisão mensal do subsídio de férias equivale a 53,49€ (641,93€ / 12 meses).

Assim, **as provisões do subsídio de férias para os 3,40 trabalhadores totalizam 181,87€ (53,49 x 3,40).**

O subsídio de Natal é de montante igual a um mês de retribuição (cfr. Cláusula 32ª n.º1 do CCT).

Assim, a provisão mensal do subsídio de Natal também corresponde a 53,49€ (641,93€ / 12 meses).

Pelo que, **as provisões do subsídio de Natal para os 3,40 trabalhadores totalizam 181,87€ (53,49 x 3,40).**

O subsídio de alimentação é de 5,69€ por dia (cfr. Cláusulas 2ª n.º2 al. b), 28ª, Tabela B) alínea b) do Anexo III do CCT).

Considerando que o período normal de trabalho diário é de 8 horas (Cláusula 16ª n.º2 do CCT) o subsídio de alimentação diário foi fixado tendo em conta uma referência de 8 horas.

Assim, para se determinar o custo mensal do subsídio de refeição:

(Sub. Alimentação x n.º de horas de serviço) / 12 meses / 8 horas

$5,69€ \times 6.480 \text{ horas} / 12 / 8 = 384,1€$

O custo mensal com o subsídio de alimentação ascende, pois, a 384,1 €.

A prestação de trabalho nocturno confere direito a retribuição especial, que será igual a 25% do valor base hora de trabalho equivalente (Cláusula 24ª n.º2 do CCT).



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

EL
J
S

O valor hora do trabalho normal, considerando a retribuição mensal de 641,93€ é de 3,70€, atendendo à fórmula fixada no Cláusula 22ª n.º3 do CCT:

$$VH = (RM \times 12) / ((52 \times N))$$

$$VH = (641,93€ \times 12) / (52 \times 40)$$

$$VH = 3,70€$$

25% do valor base hora corresponde, pois, a 0,93€ (25% de 3,70€).

Ora, para as operativas deste edifício, o número total de horas serviço em horário nocturno a prestar ao longo de um ano é de 3.465 (segunda a sexta-feira, excluindo feriados), de 99 (dias feriados), o que perfaz o total de 3.564 horas.

Assim, o número mensal de horas nocturnas é de 297 (3564 horas / 12 meses).

Assim, **o custo mensal com o trabalho nocturno ascende a 322,2€:**

n.º de horas mensais x retribuição x 14 meses / 12 meses

297 x 0,93€ x 14 meses / 12 meses

322,2€

O trabalhador que presta trabalho normal em dia feriado em empresa não obrigada a suspender o funcionamento nesse dia tem direito a acréscimo de 50 % da retribuição correspondente (artigo 269.º do Código do Trabalho).

O valor hora do trabalho normal é de 3,70€, como já referido.

Pelo que 50% desse valor equivale a 1,85€.

Ora, nos termos do Caderno de Encargos, o número total de horas serviço em dias feriados para este edifício é de 165 horas (serviço diurno) e 99 (serviço nocturno), o que perfaz 264 horas.



FOLHA 522
2-54/CP1/CPN/07/13

34

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Handwritten signature and initials.

Assim, o número mensal de horas de trabalho feriado é de 22 (264 / 12 meses).

Pelo que, **o custo mensal com a retribuição do trabalho em dias feriado ascende a 47,5€:**

n.º de horas mensais x retribuição x 14 meses / 12 meses
 $22 \times 1,85\text{€} \times 14 / 12$
47,5€

A taxa contributiva global de 23,75 incide sobre a remuneração base, o subsídio de Natal, o subsídio de férias, a remuneração por trabalho nocturno, bem como todas as prestações que sejam atribuídas ao trabalhador, com carácter de regularidade, em dinheiro ou em espécie (artigos 46.º e 53.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social).

E também incidirá sobre o valor do subsídio de refeição se este for pago em dinheiro, e não em títulos de refeição, já que o seu valor (5,69€), excede o limite legal (Portaria n.º 1553-D/2008 de 31/12, artigo 2.º n.º 3 2) al. B) do CIRS e artigo 46.º n.º 2 al. I) do Código Contributivo). Por uma questão de simplificação, não vamos incluir nos nossos cálculos o valor da taxa contributiva referente ao subsídio de refeição.

Assim, as contribuições mínimas para a Segurança Social ascenderão aos seguintes valores:

Retribuição Mínima Mensal: 2.182,56€

Subsídio de Férias: 181,87€

Subsídio de Natal: 181,87€

Trabalho Nocturno: 322,2€

Trabalho em dia Feriado: 47,5€

$(2.182,56\text{€} + 181,87\text{€} + 181,87\text{€} + 322,2\text{€} + 47,5\text{€}) \times 23,75\%$

693,0€



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

35
CS

A proposta apresentada pela concorrente SECURITAS, para o edifício referido apresenta os seguintes considerandos:

Número de vigilantes necessários: 3,1

Custo mensal base: 2.351,60€

Trabalho nocturno mensal: 297,0€

Trabalho em feriado mensal: 37,0€

Encargos sociais: 637,8€

Subsídio de alimentação: 354,2€

Isto é,

A concorrente SECURITAS não cumpre com o número mínimo de vigilantes legalmente exigível (3,4), porquanto apresenta o valor de 3,1 vigilantes, violando assim as cláusulas 16ª e 20ª da Convenção Colectiva de Trabalho (adiante CCT) celebrada entre a AES e a FETESE e outras, republicada no Boletim de Trabalho e Emprego (adiante BTE), 1ª série, nº 7, de 22-02-2008, com a última actualização publicada no BTE, 1ª série, nº 8 de 28-02-2011.

O preço apresentado pela concorrente para a retribuição do trabalho nocturno (297,0€) viola o disposto no Nível XVI da alínea A) Tabela Salarial do Anexo II da CCT, concatenado com a cláusula 24º.

O preço apresentado pela concorrente para a retribuição do trabalho em feriado (37,0€) viola o disposto no Nível XVI da alínea A) Tabela Salarial do Anexo II da CCT, concatenado com as cláusulas 21º e 25º.

O preço apresentado pela concorrente para subsídio de alimentação (354,2€) viola o disposto na alínea B) Tabela Salarial do Anexo II da CCT, concatenado com a cláusula 28º.

O preço apresentado pela concorrente para encargos sociais (637,8€) é insuficiente para cobrir os custos mínimos legais.

Nestes termos, e tendo por base o determinado pelo disposto no artigo 17º, nº 2, alínea k) do Programa do Procedimento, no artigo 70º, nº 2, alíneas b) e f) ex vi artigo 146º, nº 2, alínea o), todos do CCP, vimos solicitar a **exclusão da proposta da concorrente SECURITAS, ao Lote E.**



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

12
S
CS

Razões semelhantes foram invocadas pelo digníssimo Júri para, por unanimidade, propor à entidade competente para a decisão de contratar, a exclusão das propostas das empresas concorrentes, a seguir identificadas:

-COMANSEGUR:

- Lote B (B.02; B.11)
- Lote C (C.01, C.02, C.03, C.04, C.05, C.06)
- Lote D (D.01,D.02,D.03,D.04,D.05,D.06,D.07)
- Lote E (E.02, E.04, E.07, E.08,E.15)
- Lote F (F.01,F.07,F.09,F.10,F.13,F.15,F.21,F.27,F.35)

-CHARON:

- Lote A (A.28)
- Lote B (B.02)
- Lote C (C.03,C.04,C.05)
- Lote D (D.02, D.03,D.04,D.05,D.07)
- Lote E (E.02)
- Lote F (F.01,F.13,F.35)
- Lote G (G.02,G.03,G.04,G.05)

-EULEN:

- Lote B (B.02,B.11)
- Lote C (C.01,C.02,C.03,C.04,C.05,C.06)
- Lote E (E.02,E.04,E.05,E.07,E.08,E.15)
- Lote F (F.01,F.07,F.09,F.10,F.13,F.15,F.22,F.27,F.33,F.34,F.35,F.38)
- Lote G (G.02,G.03,G.04,G.05)
- Lote H (H.01)

A discricionariedade que é legalmente concedida à Administração não pode ocorrer em termos ilimitados, por ter como contraponto a vinculação à existência dos pressupostos de facto descritos na lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

fn
J
CS

"Assim, não é concebível o exercício da discricionariedade de modo a, arbitrariamente, sobrepor um fim objectivo a um fim legal, por a actividade administrativa dever pautar-se pela observância dos princípios jurídicos fundamentais, tais como os da proporcionalidade, da imparcialidade, da justiça e da coerência racional, por a actividade discricionária não dispensar a objectividade e a imparcialidade, certo que o fim concreto há-de coincidir com o fim previsto na lei, como é próprio do Estado de direito, em que é o legislador que define o interesse público que, por seu turno, condiciona e legitima a actividade administrativa." - Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 03-03-2004

Adjudicar os serviços objecto do presente concurso a empresas que não observem os requisitos legais, configura um acto administrativo ilegal, por violar claramente os Princípios da legalidade previsto no art.º 3º nº 1 do CPA, da Igualdade e imparcialidade do acto administrativo de adjudicação, ao abrigo do preceituado nos artº 135, 136 e 167 do CPA.

Pelas razões que acima se deixaram expressas deve ser ordenada a exclusão da proposta apresentada pela concorrente SECURITAS ao Lote E e reordenado o escalonamento das propostas a concurso.

B1) Decisão do Júri sobre a pretensão do concorrente N.º 2 - Strong - Segurança S.A. -
Relativamente ao Edifício E.07: -----

1. Para o posto de vigilância das 20:00 às 08:00 TDU o número total de horas é de 3024 (12h*252du) a que corresponde 1,59 vigilantes (12h*252du/1904);-----
2. Para o posto de vigilância 24 horas aos sábados, domingos e feriados o número total de horas é de 2712 (24*113sdf) a que corresponde 1,42 vigilantes (24*113sdf/1904);-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Handwritten initials and signature.

3. Para o posto de vigilância no mês de agosto 24 horas todos os dias do mês o número total de horas é de 240 (12h*20du) a que corresponde 0,13 vigilantes (12h*20du/1904). Para efeitos de cálculo neste posto de vigilância consideram-se apenas as horas que faltam (das 08:00 às 20:00 para todos os dias úteis) - 12 horas - dado que já existem os postos de vigilância das 20:00 às 08:00 para todos os dias úteis e de 24 horas para os sábados, domingos e feriados.-----
4. Tal como referido no ponto 3 supra, para o posto de vigilância do mês de agosto há que considerar apenas o remanescente de horas relativamente aos outros postos de vigilância discriminados em 1) e 2) supra. Assim, os cálculos devem ser feitos de uma forma global relativamente aos requisitos obrigatórios de funcionamento e não de uma forma parcial, de modo a evitar-se a duplicação de recursos e consequentemente, a duplicação de custos. -----
5. Pelo exposto acima, o número total de vigilantes necessários para a instalação: Edifício n.º E.07-Escola EB1/JI é de 3,14 (1,59 + 1,42 + 0,13).-----
De igual forma os valores para o trabalho noturno mensal (295,42€], para o trabalho feriado mensal (37,00€] e para o subsídio de alimentação (354,20€] estão corretos. -----
6. Assim, o Júri deliberou, por unanimidade, não acolher as razões aduzidas quanto ao alegado incumprimento do número mínimo de vigilantes da proposta do concorrente N.º 5 - Securitas - Serviços e tecnologia de Segurança S.A. -----

C) Mais deliberou o Júri, por unanimidade, manter e reiterar todas as deliberações vertidas no Relatório Preliminar. -----

IV.

**REMESSA DO PROCESSO AO ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE
CONTRATAR**

1. Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 148.º do CCP e artigo 20.º n.º 4 do Programa de Procedimento, o Júri deliberou, por unanimidade, propor a aprovação das propostas contidas no Relatório Preliminar, nomeadamente, para efeitos de adjudicação às propostas ordenadas em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, o mais baixo preço, previsto no artigo 21.º do Programa de Procedimento, a saber: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

12
23

- LOTE A - Proposta do concorrente N.º 2 - Strong - Segurança S.A. -----
- LOTE B - Proposta do concorrente N.º 5 - Securitas - Serviços e tecnologia de Segurança S.A.-----
- LOTE C - Proposta do concorrente N.º 1 - Prestibel - Empresa de Segurança S.A.
- LOTE D - Proposta do concorrente N.º 5 - Securitas - Serviços e tecnologia de Segurança S.A.-----
- LOTE E - Proposta do concorrente N.º 5 - Securitas - Serviços e tecnologia de Segurança S.A.-----
- LOTE F - Proposta do concorrente N.º 5 - Securitas - Serviços e tecnologia de Segurança S.A.-----
- LOTE G - Proposta do concorrente N.º 1 - Prestibel - Empresa de Segurança S.A.
- LOTE H - Proposta do concorrente N.º 5 - Securitas - Serviços e tecnologia de Segurança S.A.-----

2. Mais deliberou o Júri, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 148.º do CCP e artigo 20.º n.º 3 do Programa de Procedimento, remeter o presente Relatório Final, Relatório Preliminar e demais documentos que compõem o Processo n.º 34/CPI/CCM/DP/2013 "*Concurso público com publicidade internacional para a aquisição de serviços de vigilância humana e eletrónica para instalações do Município de Lisboa*", ao órgão competente para a decisão de contratar, a Câmara Municipal, para decidir sobre o que neles é proposto.-----

3. Cumpridas todas as formalidades e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, tendo-se elaborado o presente relatório que depois de lido e achado conforme, vai ser assinado e rubricado por todos os elementos do Júri. -----

O Júri

Presidente

Paula Leitão



FOLHA 528
2-54/CP1/COM/DP/1-2

40

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIRECÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
CENTRAL DE COMPRAS MUNICIPAL
Divisão de Procedimentos

Vogal

Dina Maria da Silva Fonseca

Vogal

Cristina Maria de Campos Miguel



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2013

Data Lanç.: 01.10.2013

Data Doc.: 01.10.2013

Doc. Origem: 124/CCM/DGCC13

Descrição: INF280/DMF/CCM/DGCC13- P/ ADJUDICAÇÃO CPI 34

Orgânica: N04.04 Central de Compras Municipal

Funcional: _____

Nº Cabimento: 5313004427 / 001

Nº Modificação: 0001

NUP: 513000019

Diminuição de Cabimento

Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
02.02.18	EXTRAPLANO	4.126.577,00	852.778,00-	3.273.799,00	529.958,06	2.699.395,91	44.445,03	52.630,54-	97.075,57
	Totais	4.126.577,00	852.778,00-	3.273.799,00	529.958,06	2.699.395,91	44.445,03	52.630,54-	97.075,57
Total do Valor Cabimentado		320.488,46							

Moeda: EUR

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito

Visto Tribunal de Contas

Comunicação Adicional T. C.

Exigido []

Exigido []

Exigido []

Não Exigido []

Não Exigido []

Não Exigido []

823/2013

Data: 01.10.2013

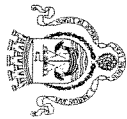
Hora: 12:51:05

Pág: 1 / 1

Uti: MJOLIVEIRA

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa
Contribuinte Nº 500 051 070

ORÇAMENTO 2013

Data Lanç.: 18.04.2013

Data Doc.: 16.04.2013

Doc. Origem: 124/CCM/DGCC13

Descrição: ABERT CPI SERV VIGIL E SEGURANÇA

Orgânica: N04.04 Central de Compras Municipal

Funcional: _____

Nº Cabimento: 5313004427

NUP: 513000019

Moeda: EUR									
Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
02.02.18	EXTRAPLANO	4.126.577,00	1.099.722,00	5.226.299,00	159.169,01	2.597.685,30	2.469.444,69	373.119,00	2.096.325,69
	Totais	4.126.577,00	1.099.722,00	5.226.299,00	159.169,01	2.597.685,30	2.469.444,69	373.119,00	2.096.325,69

Total do Valor Cabimentado 373.119,00

Procedimento Adequado em Função do Valor _____

Procedimento Seguido _____ Doc. Justificativo _____

Competência P/ Autorização _____

Contrato Escrito

Visto Tribunal de Contas

Comunicação Adicional T. C.

Exigido	[]	Não Exigido	[]
Exigido	[]	Não Exigido	[]
Exigido	[]	Não Exigido	[]

FOLHA 319 -
P-34/CP/CCM/DP/13

Sup. nº 823/ 2013
Tr

Data: 18.04.2013 Hora: 18:43:25

Pág: 1 / 1

Util: MJOLIVEIRA

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

200016
Dep. n.º 823/2013
FS.

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 30.11.2013

Nº 1218A /2013

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

INF/280/DMF/CCM/DGCC/13	5313004427	320.488,46 €
INF/292/DMF/CCM/DGCC/13	5313003638	331.136,18 €
		651.624,64 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

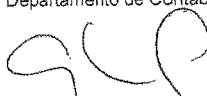
Valor a comprometer na N04.04

651.624,64 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 4 de Novembro de 2013

O Director de Departamento de Contabilidade


Carlos Gabriel



90001
Dep. n.º 823/2013
FS

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 31.10.2013

Nº

1145A /2013

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

INF/280/DMF/CCM/DGCC/13	5313004427	320.488,46 €
		320.488,46 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na N04.04

320.488,46 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta dat.

Lisboa, 9 de Outubro de 2013

O Director de Departamento de Contabilidade

Carlos Gabriel



822/2013

823/2013

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 30.11.2013

Nº

1218A /2013

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

INF/280/DMF/CCM/DGCC/13	5313004427	320.488,48 €
INF/292/DMF/CCM/DGCC/13	5313003638	331.136,18 €
		651.624,64 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

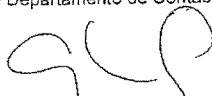
Valor a comprometer na N04.04

651.624,64 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 4 de Novembro de 2013

O Director de Departamento de Contabilidade


Carlos Gabriel



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º n.º 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 13 de novembro de 2013, o voto de congratulação, os votos de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação da Acta n.º 180/2013;

(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (9PS e 2PCP) e 6 abstenções (2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 814/2013

(Subscrita pela Sra. Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, bem como atribuir eficácia a partir de 24 de outubro de 2013, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind. e 2PCP), e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 815/2013

(Subscrita pela Sra. Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a cessação de funções do Diretor Municipal de Cultura, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind. e 2PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 821/2013

(Subscrita pela Sra. Vereadora Graça Fonseca)

Aprovar o Relatório Final e a Adjudicação no Concurso público com publicidade internacional para a aquisição de serviços de fornecimento de refeições transportadas ("catering") às escolas básicas do 1º ciclo e aos jardins de infância da rede pública da cidade de Lisboa – Processo n.º 14/CPI/CCM/DP/2013 -, nos termos da proposta proposta;

(Aprovada por maioria com 12 votos a favor (8PS, 2Ind. e 2PCP) e 3 abstenções (2PPD/PSD, 1CDS/PP)).

O Sr. Vereador Duarte Cordeiro não participou na discussão nem na votação.

Proposta n.º 822/2013

(Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar as propostas contidas no Relatório Final e adjudicar o Concurso Público, com Publicidade Internacional, para "Aquisição de Serviços de Limpeza para edifícios, instalações e eventos municipais", bem como submeter à Assembleia Municipal a autorização para assunção dos compromissos plurianuais (Proc. 31/CPI/CCM/DP/2013), nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (9PS e 2Ind.) e 5 abstenções (2PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP))

Proposta n.º 823/2013

(Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar as propostas contidas no Relatório Final e adjudicar o Concurso Público, com publicidade internacional, para "Aquisição de Serviços de Vigilância Humana e Eletrónica para as Instalações do Município de Lisboa" bem como submeter à Assembleia Municipal a autorização para assunção dos compromissos plurianuais (Proc. N.º 34/CPI/CCM/DP/2013), nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 10 votos a favor (8PS e 2Ind), 2 votos contra (PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))

O Sr. Vereador Duarte Cordeiro não participou na votação.

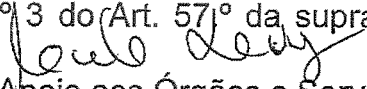


C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Voto de Pesar n.º 14/2013 (Subscrito pela Câmara)

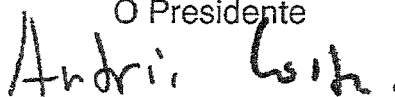
Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de José Osaldo Barbosa;

(Aprovado por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu,  Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 13 de novembro de 2013

O Presidente



- António Costa -

PROPOSTA 823/2013 – APROVAR AS PROPOSTAS CONTIDAS NO RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAR O CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA HUMANA E ELETRÔNICA PARA AS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE LISBOA” BEM COMO SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PROC. Nº 34/CPI/CCM/DP/2013), NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 10 da Ordem de Trabalhos, Proposta 823/2013. Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Sr. Presidente, mais uma vez pomos a questão que colocámos anteriormente e aqui vamos até um bocadinho mais longo.

Se bem está lembrado na proposta de lançamento do procedimento, nós votámos contra a alínea que delegava no Presidente a aprovação da minuta do contrato a celebrar. E em consequência disso esta minuta não é presente nesta proposta, e em consequência do nosso voto contra a esta situação, obviamente manteremos a nossa posição e votaremos em consequência com essa posição que então assumimos.

O Sr. Presidente: - Sr. Dr. Fernando Medina quer acrescentar alguma coisa?

O Sr. Vereador Fernando Medina: - Era só prestar o esclarecimento, que obviamente trata-se de concurso relativamente a muitas instalações e a vários serviços. Neste processo de negociação com as juntas há aqui uma “*fine tuning*” das passagens, e obviamente que não se vai onerar extraordinariamente nenhuma junta com uma despesa. Será avaliada dentro das verbas da passagem global das despesas, e eventualmente alguma que possa considerar da resolução de contratos e estes estão longe de serem os únicos. Há muito mais contratos que estão em vigor que têm de ser avaliados com as juntas no processo de passagem como é que essa despesa é enquadrada. Agora, havendo um volume global da despesa que está acordado num processo transparente com as juntas de freguesia, todos esses contratos são equacionados e não há nenhum ónus extraordinário sobre ninguém. Isso até seria um bocadinho absurdo, não é. Agora não é possível, neste momento,

identificar porque toda esta gestão está a ser feita em negociação individual com cada uma das juntas, até ver o que é que melhor se adequa, não é. Agora a Câmara não pode parar de fazer estes contratos no que é o seu par, e temos em simultâneo que gerir o processo de transferência de competências. Mas não vejo, com franqueza, aqui qualquer dificuldade e qualquer óbice.

O Sr. Presidente: - Muito bem, vou pôr então à votação a Proposta 823/2013, ponto 10 da Ordem de Trabalhos. Não participa na votação o Sr. Vereador Duarte Cordeiro. Quem vota contra? quem se abstém? Aprovado com os votos contra do PCP, a abstenção do PPD/PSD e do CDS/PP e o voto favorável dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 823/2013 a qual foi aprovada por maioria com 10 votos a favor (8PS e 2Ind), 2 votos contra (PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP)

O Sr. Vereador Duarte Cordeiro não participou na votação.